

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do Colonialismo Mental: Repensar e Reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

Filipe Sampaio Robles¹

Quando se trata de colonialismos na América Latina ou, mais especificamente, no Brasil, raramente nos confrontamos com o termo “colonialismo mental”, que dá título ao livro de Roberto Mangabeira Unger. Talvez disso resulte a especificidade da abordagem e temática de que trata o autor. Ou seja, para além das influências econômicas e geopolíticas que as potências globais inletem sobre nós e que o livro não pretende negar, há ainda o desafio de voltar a pensar o Brasil com ousadia, com projeto e, nas palavras de Unger, com “imaginação estrutural”.

Roberto Mangabeira Unger é filósofo, teórico social e do direito. É também professor da Harvard Law School e da Harvard Kennedy School, além de ter sido secretário de assuntos estratégicos nos governos Lula e Dilma. Entre os principais livros dos quais ele é autor estão: *The Critical Legal Studies Movement* (1983), *Illusions of Necessity in Economic Order* (1978), *O que a esquerda deve propor* (2008) e *The Knowledge Economy* (2018).

O professor Unger propõe no presente livro que adotemos uma visão estrutural do Brasil que tenha duas facetas: uma explicativa, que ilumine a história e a natureza das transformações estruturais; e outra normativa, que proponha maneiras alternativas de organizar a sociedade brasileira. No entanto, ele afirma que esse objetivo enfrenta o obstáculo da falta de imaginação estrutural nas ciências e na política do Atlântico norte, o que, pelo jugo do colonialismo mental, se reproduz no Brasil como uma verdadeira “ditadura de faltas de alternativas”. Para superar essa limitação, Unger propõe que olhemos para as experiências fragmentárias que possam ser justapostas na construção de um experimentalismo fragmentário e cumulativo.

O livro “Depois do Colonialismo Mental: Repensar e Reorganizar o Brasil” é dividido em sete partes. Na primeira parte, Unger introduz uma alternativa geral e progressista para o Brasil. Na segunda, trata das forças sociais capazes de sustentar esta alternativa, aquilo que ele chama de “os emergentes do Brasil”. Em seguida, ele trata da relação desta alternativa com a luta pelo poder em nosso país. Em quarto lugar, ele se dedica às estratégias de desenvolvimento econômico para o Brasil, o que é o primeiro elemento de sua alternativa progressista. Depois, ele articula os passos necessários para revolucionar a educação

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense

brasileira, dando aos cidadãos uma educação que os capacite. Na sexta parte, o autor trata da grave tarefa de transformar a democracia brasileira, tornando-a um instrumento de aceleração da política e não de contenção das transformações sociais. E, enfim, na última parte, Unger mostra o seu vigor filosófico ao discorrer sobre as transformações de imaginário e experiência que precedem a construção de qualquer alternativa social.

Se o propósito deste livro é fazer desmoronar o “colonialismo mental”, isto é, a disposição de olhar para a experiência nacional com apenas os olhos das ideias dominantes nos países dominantes, faz-se necessário, como vemos no capítulo 1, também propor uma alternativa nacional. Essa proposta não deve ser, para Unger, uma defesa das idiossincrasias brasileiras, mas um experimento de engrandecimento, de construção de uma heresia universalizante para o mundo contemporâneo. Assim, o seu projeto de alternativa nacional tem três eixos fundantes: o desenvolvimento econômico do Brasil pela democratização do mercado no lado da produção, a promoção de uma educação que capacite e que rompa com o “decoreba” e a construção de uma democracia de alta energia, com a organização e empoderamento da sociedade civil.

No segundo capítulo, Unger discorre sobre a sustentação social de seu projeto. Nesse sentido, seu conceito de base social difere do clássico sujeito revolucionário pré-definido. Ao contrário, ele articula que a base social de um projeto de transformação, assim como aconteceu com Getúlio Vargas e o projeto nacional-desenvolvimentista, forma-se ao longo da transformação social. Desse modo, a primeira forma que autor enxerga essa base é a conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, entendendo que os que sustentariam este projeto não poderiam ser apenas os formalizados, bem como o interesse do capital não poderia ser apenas a indústria nacional como foi feito no passado, mas deveria incluir uma multidão de pequenos e médios empreendedores. Além disso, uma outra maneira de olhar para esta base social seria aquilo que em seu livro chama de os “emergentes”: uma pequena burguesia empreendedora, mestiça, vinda de baixo e majoritariamente evangélica. Por fim, uma terceira concepção de base alternativa seria olhar para o Brasil profundo, para parte do país que está fora da elite metropolitana do Sudeste, para as outras regiões do Brasil e mesmo para as periferias metropolitanas.

Em seguida, em “Ideias e Sonhos”, reflete sobre a luta das ideias. Ele afirma que as profecias e os projetos de futuro devem também apontar para ações concretas no futuro adjacente e, portanto, palpável. Mais do que isso é preciso perceber que o colonialismo mental se expressa de três formas: (1) nas humanidades, pela tendência ao escapismo, ao

subjetivismo e à fuga de projetos de transformação; (2) na economia e no direito, pela inclinação à políticas humanizadoras e reparatórias no lugar de reformas estruturais; e (3) na antropologia e na sociologia, expresso pelo determinismo culturalista. Ultrapassar e lutar contra essas ideias permitirá aos brasileiros, de acordo com Unger, realizar seu maior desejo: a junção da pujança com a ternura, que rompa com a sentimentalização das trocas desiguais sem cair no desencantamento próprio das sociedades do Atlântico Norte.

No quarto capítulo, Unger se interessa pelo desenvolvimento econômico do Brasil. Partindo de uma reflexão sobre os EUA, ele indica uma reforma radical para o nosso país. Sugere que devemos ver o que os norte-americanos fizeram, não o que eles dizem que fazem. Por exemplo, no lugar do espontaneísmo do livre-mercado, na realidade, eles conjugaram a mobilização desenvolvimentista a partir da ação do Estado com a descentralização institucionalizada de oportunidades. Foi um movimento que veio de cima para baixo (do governo para sociedade) e de baixo para cima (da sociedade para as instituições). No caso do Brasil, o autor vislumbra que esse método pode dar luz a três inovações emancipatórias: o produtivismo incluyente, uma educação capacitadora e uma democracia de alta energia. O primeiro deles, tratado nesse mesmo capítulo, é um modelo de desenvolvimento econômico baseado na qualificação da produção e da oferta, com o aumento da produtividade e da construção de vantagens comparativas a partir das vantagens existentes. O Estado teria, assim, não um papel nulo como querem os liberais, tampouco um dirigismo que sufoque a livre iniciativa. Seu papel central seria o de estimular a cooperação, eficácia e a inovação, isto é, os traços característicos das economias de vanguarda.

Na quinta parte do livro, Unger trata de educação. Para ele, a educação capacitadora tem como objetivo pôr os brasileiros de pé. Em suas palavras, o objetivo último da educação é engrandecer a humanidade, é pô-la acima de suas circunstâncias. Essa educação deve se basear no abandono do paradigma do “enciclopedismo raso” e pela adoção de uma educação baseada na aquisição de habilidades sintéticas e analíticas que capacite os brasileiros para a inovação.

A sexta parte desta obra é dedicada ao aprofundamento da democracia, na medida em que Unger percebe um esfriamento do regime em todo mundo e entende que energizá-lo é a condição para mantê-lo vivo. Com efeito, uma democracia de alta energia consiste: (1) na elevação do grau de participação organizada dos cidadãos, o que o autor chama de elevação da “temperatura da política”; (2) em inovações que levem à aceleração da política e que anulem a dependência de “traumas” para transformações sociais (são exemplos o

financiamento público de campanha e a democratização dos meios de comunicação); e (3) na relação entre governo central e local, onde ao primeiro é dada a responsabilidade das ações decisivas e, ao mesmo tempo, é dado ao último certa liberdade de divergência e subversão que promovam um experimentalismo institucional. Essas mudanças permitiriam a aceleração da política, criariam uma renovada democracia, qual seja: o coletivo fazer e refazer de instituições.

Ao final do livro, ressalta que nenhuma alternativa merece fé se não puder ser traduzida em exemplos atuais, ainda que fragmentários e imperfeitos. Para um exemplo, o autor trata do refinanciamento do Estado e afirma que é mais importante se preocupar com quem se gasta os recursos do que de onde vem o dinheiro (como seria a alternativa ideal de tributação progressiva proposta pelas esquerdas). Ele nota que as sociais-democracias europeias foram capazes de construir sociedades mais igualitárias criando a ideia de direitos universais e assim conseguindo um apoio generalizado da população, em contraposição com as políticas sociais compensatórias realizadas no Brasil, que focavam setores específicos da população. Por fim, animado com um sonho de um Brasil universal, ele conclui que não é possível consertar os graves problemas do país sem que, com isso e ao mesmo tempo, contribuamos para a solução de problemas em várias partes do mundo. Isso nos dará oportunidades de projeção no concerto das nações, mas, para tanto, será necessário multiplicar depressa nossas oportunidades e capacitações, dando meios e instrumentos a nossa imensa vitalidade.

No mais, nesta obra visionária, Unger busca compreender o Brasil sem renunciar às suas aspirações transformadoras. Sendo um dos intelectuais mais respeitados no mundo desenvolvido, ele não só não se rendeu ao colonialismo mental, mas como superou paradigmas consolidados mundo afora, mas que pouco significavam para o contexto brasileiro. Roberto Mangabeira Unger, como colocou de maneira irreverente e lembrando de sua infância vivida nos Estados Unidos, “fala com sotaque, mas não pensa com sotaque”.